

# **DESENVOLVIMENTO REGIONAL, MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO: O CASO DOS CHEFES DE FAMÍLIA IMIGRANTES NO OESTE DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DE 1950 A 2000**

***REGIONAL DEVELOPMENT, MIGRATION AND  
EDUCATION: THE IMMIGRANT HEADS' OF THE FAMILY  
CASE IN THE WEST OF PARANÁ: AN ANALYSIS FROM  
1950 TO 2000***

## **RICARDO RIPPEL**

Professor do Curso de Economia da UNIOESTE - Campus de Toledo. Doutor em Demografia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC) da Unioeste - Campus de Toledo.

Rua da Faculdade, 645, Jd. La Salle, CEP: 85903-0000, Toledo-PR, Fone: (45) 3379-7000

*E-mail:* rippel@unioeste.br

## **VALDERICE CECÍLIA LIMBERGER RIPPEL**

Professora da Faculdade Sul Brasil (FASUL). Doutoranda em Educação pela Universidade de Campinas (UNICAMP).

*E-mail:* valdericerippel@uol.com.br

## **NORMA VIAPIANA GOLFETO**

Professora da Faculdade Sul Brasil (FASUL). Bacharel em Pedagogia, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

*E-mail:* normaviapiana@certto.com.br

## **RESUMO**

O objetivo do artigo é analisar o desenvolvimento do Oeste do Paraná via imigração e educação. Analisa-se a imigração na região de 1950 até 2000 por meio do exame do ocorrido ao longo do período com os chefes de família imigrantes e argumenta-se que o perfil destes, primeiro caracterizou-se por baixa qualificação e poucos níveis de escolaridade, momento no qual se inseriram no setor primário regional. Com a modernização da produção rural, a urbanização e o fortalecimento dos setores secundário e terciário da economia, a região passou a demandar mão-de-obra com um maior nível educacional. Ocorre então uma elevação relativa na qualificação dos imigrantes. E, como os indivíduos migram para onde vislumbram oportunidades de inserção, e dado que as exigências no Oeste do Paraná se elevaram, os imigrantes pouco qualificados reduziram e muito sua tendência de se deslocar para a área, aumentando proporcionalmente a participação dos mais instruídos no total dos movimentos, e isto por sua vez afetou o desenvolvimento da área.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Desenvolvimento regional; Educação; Migração; Modernização no campo

## **ABSTRACT**

The objective of the article is to analyze the development of the West of Paraná through immigration and education. The immigration is analyzed in the area of 1950 up to 2000 through the exam of the happened along the period with the immigrant heads of the family and it argues her that the profile of these, first it was characterized by low qualification and scanty education levels, moment in which they interfered in the regional primary section. With the modernization of the rural production, the urbanization and the invigoration of the sections secondary and tertiary of the economy, the area started to demand labor with a larger education level. It happens a relative elevation then in the immigrants' qualification. And, as the individuals they migrate where glimpse insert opportunities, and given that the demands in the West of Paraná rose, the little qualified immigrants reduced and a lot his/her tendency of moving for the area, increasing the participation of the well educated proportionally in the total of the movements, and this for his/her time affected the development of the area.

## **KEY-WORDS**

Regional development; Education; Migration; Modernization in the field

**JEL:** O15

# 1 INTRODUÇÃO

A relação entre educação e desenvolvimento tem sido muito debatida no cenário mundial, especialmente após o término da Segunda Guerra Mundial, momento no qual evidenciou-se que os países que conseguiram se recuperar mais rapidamente das perdas provocadas pela mesma foram aqueles que contavam com uma melhor formação educacional de seu povo. Entretanto, esta discussão também é reflexo de situações práticas no dia-a-dia que atraem e atraíram a atenção dos pesquisadores de diversas áreas. Tanto que Singer e Szmrecsányi (1991), ao analisarem a conexão entre desenvolvimento e dinâmica populacional sustentam que o mesmo é um processo muito mais amplo do que o mero crescimento econômico de um país ou de uma região, pois para que ele ocorra há a necessidade de que as condições e a qualidade de vida da população se elevem.

Assim vê-se que o desenvolvimento é um processo qualitativo de mudança estrutural; histórico em sua essência, não apenas porque leva tempo para se materializar, mas porque configura uma evolução entre duas ou mais situações estruturalmente diversas, sendo que as modernas concepções do mesmo levaram à criação e ao estabelecimento de instrumentos capazes de medi-lo, caso do IDH<sup>1</sup>. Tanto que segundo Leite (1983), se entende que o desenvolvimento deve: "...significar melhorias nas condições de vida, para os quais o crescimento econômico e a industrialização são essenciais. Mas se não há preocupação com a qualidade do crescimento e das mudanças sociais, não se estará falando em desenvolvimento econômico." (LEITE, 1983, p. 28).

De modo que segundo as Nações Unidas, o desenvolvimento econômico destina-se a oferecer aos povos melhores oportunidades para uma vida mais condigna. Assim, a condição essencial para o desenvolvimento consiste em que este abranja as necessidades básicas das pessoas: nutrição, educação, emprego, distribuição da renda, oportunidades aceitáveis de melhorar suas próprias condições de vida. Assim para que ele ocorra há que se ter crescimento econômico, mas também mais dignidade humana, qualidade de vida, segurança, justiça, igualdade e bem-estar social, e um dos principais instrumentos de melhoria das condições de vida dos indivíduos é sua qualificação educacional.

Como desenvolvimento é um processo de transformação estrutural no qual os indivíduos têm real participação e vivenciam os resultados, que implicam necessariamente na elevação de sua qualidade de vida, vê-se que na região este fenômeno deu-se de modo evidente. Observa-se então que os

<sup>1</sup>O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o nível de desenvolvimento humano dos países, regiões ou municípios, utilizando alguns componentes em sua determinação, que são: indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), indicadores de longevidade (esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil) e indicadores de renda (PIB per capita, uma paridade de poder aquisitivo em dólares que reflete o nível de vida).

debates referentes a sua ocorrência têm evoluído, principalmente após as análises de Rostow (1978). Para ele, o desenvolvimento ocorre em estágios que são fundamentais ao processo e em cada um deles é imprescindível a participação dos indivíduos, pois, em síntese, eles são os responsáveis e os usuários deste fenômeno e dos seus resultados.

Nesse processo histórico, segundo Ravenstein (1980), o cenário do desenvolvimento econômico de uma região tem influência nos deslocamentos populacionais que para lá se dirigem e de lá se originam. Sustenta o autor que, nesse movimento de crescimento da economia, a migração é importante fator no processo; ora influenciando o mesmo, ora sendo influenciada por ele. Argumenta ele que tais fluxos têm rebatimentos econômicos importantes, de tal modo que a questão merece uma análise mais detalhada.

A importância deste elemento tem se configurado, na história do Brasil, como essencial para a consolidação e desenvolvimento de diversas regiões do país, especialmente nos últimos 40 anos. De modo que uma análise apurada permite ver que a migração de indivíduos e famílias tem sido muito comum ao longo de nossa história, bem como tem sido determinante na configuração de diversas características das áreas de colonização e desenvolvimento recente da pátria.

Nesse panorama os estudos sobre a migração interna continuam a merecer novas análises, dadas as suas variadas facetas e peculiaridades como fator componente do desenvolvimento. Principalmente se se busca compreender melhor os seus condicionantes e conseqüências, principalmente ao nos referirmos à colonização e ocupação das chamadas áreas de fronteira recente. Isto acaba revelando uma incongruência, pois as transformações ocorridas na sociedade brasileira têm sido objeto de debates e de análises intensas de várias ciências. Nestes estudos se percebe que o contexto no qual ocorreram e ocorrem as migrações é caracterizado: por deslocamentos de expressivos contingentes humanos; reordenações geográficas; e pela produção de espaços existenciais que são historicamente construídos e que derivam da adoção de práticas produtivas decorrentes das relações cotidianas. E que isto, via de regra, surge das relações que os indivíduos estabelecem e que são atreladas às potencialidades econômicas e de inserção social e produtiva das regiões de ocupação.

Assim, como um fenômeno social importante, as migrações internas são, ao mesmo tempo, condicionadas e resultantes de um processo global de mudanças sociais e econômicas, das quais não podem ser separadas. De modo que este artigo procura tratar da produção e das transformações na realidade social do Oeste do Paraná a partir da apresentação de um dos aspectos que envolvem as repercussões das migrações ocorridas na região que se refere às características educacionais dos chefes de família imigrantes que se dirigiram para a área desde a década de 1950 e sua relação com o crescimento econômico

e o desenvolvimento regional. Nesse sentido, observa-se que o desenvolvimento de uma região encontra-se vinculado à dinâmica e à organização do capital, que necessita transformar as condições “ambientais locais”, moldando-as segundo seu interesse e necessidade de expansão, dado que normalmente o deslocamento de pessoas e de investimentos para uma área determinada está diretamente relacionado tanto com o comportamento geral da economia quanto com o processo de inserção e unificação de mercados e da região no mercado (SANTOS, 2003).

Este processo por sua vez gera constantes transformações das condições produtivas locais que por sua vez modificam as possibilidades de inserção social, econômica e produtiva dos indivíduos, fato que acaba por alterar substancialmente as possibilidades de colocação que os imigrantes vislumbram. De tal forma que o crivo de exigências que passam a enfrentar normalmente torna-se mais rígido, e uma das únicas maneiras de poder contornar este problema é uma melhor qualificação educacional (RIPPEL, 2005).

Frente a esta constatação, o Oeste do Paraná é um importante objeto de pesquisa, pois se constitui numa área de formação socioeconômica recente, cuja ocupação é resultante fundamentalmente de movimentos migratórios colonizadores, especialmente oriundos do Sul do Brasil, a partir de 1946. Neste período a região inseriu-se no modelo de desenvolvimento nacional voltado para a ocupação das fronteiras e no processo de transnacionalização do capital, acolhendo grandes contingentes populacionais provindos, em sua maior parte, das antigas zonas de colonização agrícola do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, estruturadas em base à pequena propriedade familiar. Porém a redução das oportunidades de inserção da fronteira agrícola da área coincide com o desenvolvimento agroindustrial e com importantes mudanças no padrão produtivo do Estado, e o período que segue é marcado por grandes fluxos de saída do Paraná que passa a apresentar as menores taxas de crescimento do país. Este cenário, na região foi ainda mais contundente, tal qual apontado por Rippel (2005).

Para este autor tais acontecimentos repercutiram diretamente nos movimentos migratórios de pessoas e de capitais do país, inserindo novos territórios, novas fronteiras ao processo dinâmico da produção capitalista nacional, sendo que para ele, na área isto fica ainda mais evidente, com as transformações produtivas e as mudanças das possibilidades de inserção que a região historicamente ofereceu aos imigrantes, e que se tornam mais evidentes quando se analisam as características da formação educacional desta população.

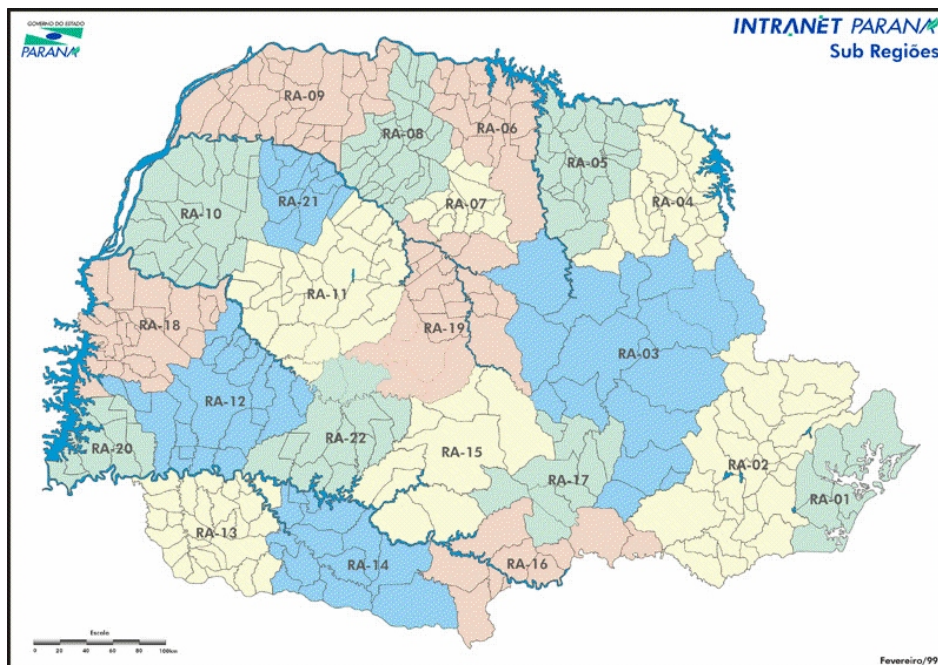
Esta transformação deu-se com grande intensidade particularmente na área, impulsionada que foi pelo acesso dos produtores às tecnologias avançadas de máquinas, equipamentos, sementes tratadas, crédito abundante, etc.,

instrumentos estes direcionados para a consolidação do binômio produtivo agrícola soja/trigo na região, que teve efeitos importantes no comportamento das populações da área, principalmente rurais, e que afetou de forma muito importante às possibilidades de inserção dos imigrantes e sua qualificação educacional (RIPPEL, 2005).

A região Oeste do Paraná comporta atualmente duas das seis maiores cidades do Paraná Foz do Iguaçu e Cascavel e é formada por três RAs - regiões administrativas (12-Cascavel, 18-Toledo e 20-Foz do Iguaçu), como se pode observar na Figura 1.

E segundo Linhares (2000), a área detém posição estratégica no país, pois possui divisas geográficas internas com Mato Grosso do Sul e com Santa Catarina, e divisas internacionais com o norte do Paraguai (os Estados paraguaios de Canindiyú, Alto Paraná e Itapuí), bem como com o noroeste da Argentina (especificamente com a região de Misiones). A região, segundo Wachowicz (1988) e Magalhães (1996), foi a última do Paraná a ser colonizada, e seu processo de ocupação deu-se no centro do movimento político-econômico nacional denominado “Marcha para o Oeste”, deflagrado no início da década de 1930. Contudo, distintamente de outras áreas do país colonizadas a partir daí, caso do interior de Goiás, o Oeste do Paraná só viu seu processo de colonização ser realmente estimulado a partir da segunda metade da década de 1940, logo após o término da II Guerra Mundial.

Figura 1 - Sub-regiões administrativas do Estado do Paraná



Fonte: INTRANET PARANÁ, 2003

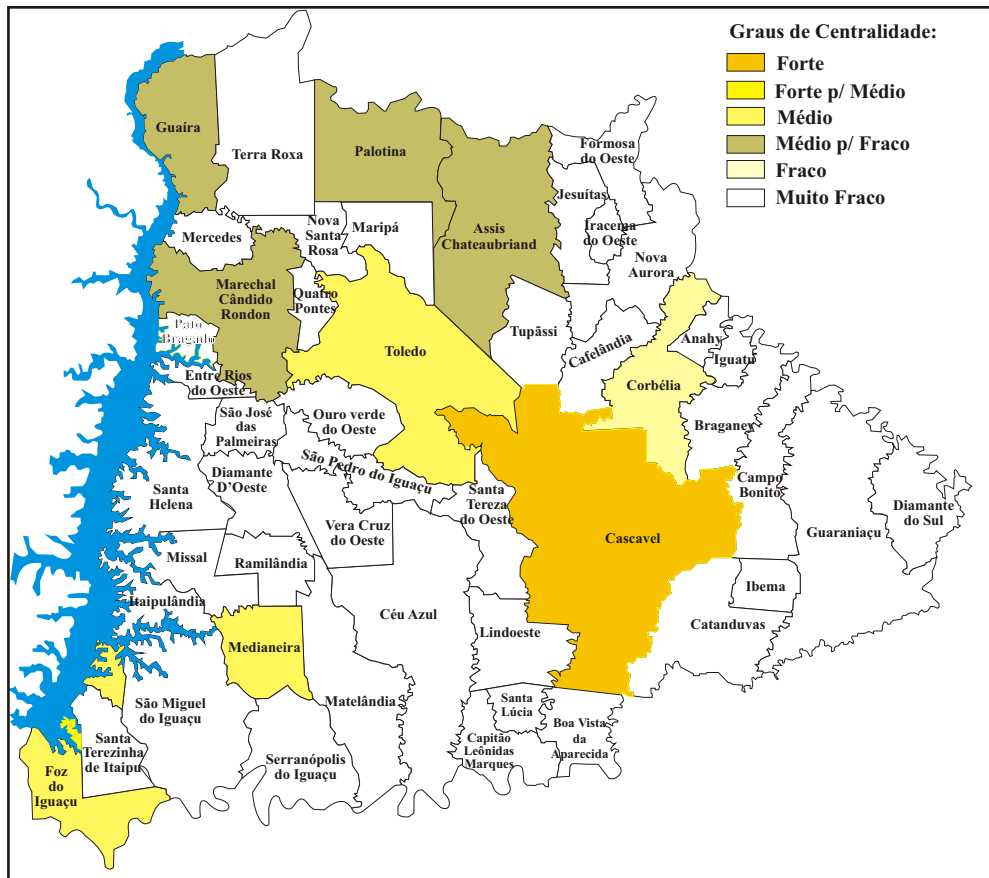
Após a etapa de colonização inicial, quando houve grande redução dos recursos naturais pelo extrativismo, de 1946 até 1959, ocorre ali um momento de transição ligando a decadência extrativista, com a expansão da fronteira agrícola regional, aos movimentos de capital no país; de tal modo que, na década de 1960, na área ocorreu uma série de ajustes no setor agrícola, que iniciou uma acelerada modernização da sua produção. Assim, quando a década de 1970 começa, a área se insere de modo efetivo no projeto nacional de base agro-exportadora (RIPPEL, 1995). De modo que de 1971 a 79 a agricultura regional sofreu grandes transformações resultantes da modernização na agricultura nacional, que se voltou para o atendimento da demanda externa por proteínas vegetais no mercado internacional<sup>2</sup>.

Isto, somado à condição geofísica da área, possibilitou intensa mecanização, o que rebateu diretamente no comportamento de absorção ou repulsão de indivíduos na região. Com efeito, o que se percebe é que a grande expansão populacional da região nas décadas de 50 a 70 estava atrelada à grande quantidade disponível de terras agrícolas para a venda, fato que estimulou a imigração, embasando a economia regional inicialmente na policultura (RIPPEL, 2005). Porém após 1970, deu-se uma intensa modernização da produção agrícola regional voltada à exportação, alterando profundamente a capacidade de absorção e manutenção de mão-de-obra rural regional, e provocando uma forte queda no fluxo de imigrantes para a região. Isso, mais as dificuldades observadas no setor agrícola do país no final da década, gerou diversos problemas sociais e econômicos e provocou, a partir de 1980, um movimento de expulsão de pequenos proprietários de suas áreas, tal qual apontado por Magalhães (1996).

Desse modo, num curto espaço de tempo, uma verdadeira revolução tecnológica ocorreu na região, suscitando grandes transformações econômicas com efeitos contundentes sobre a dinâmica de crescimento e de distribuição da população, pois, segundo Martine (1994), de região receptora de grandes fluxos migratórios, o Oeste paranaense passou, em curto espaço de tempo, a constituir-se numa das principais áreas de emigração do país, com um acelerado de êxodo rural e urbanização concentradora, dando origem a uma organização regional com diferentes graus de centralidade por parte dos municípios, tal como se pode verificar na Figura 2.

<sup>2</sup>Segundo o IPARDES (1981, p. 44-61) a evolução do cultivo da soja no Extremo-Oeste, cujo resultado é a participação em mais de 1/3 da produção estadual em 1970, explica-se basicamente a partir de duas destinações dadas ao produto. A primeira refere-se ao fato de que o alto valor protéico deste produto foi responsável pela sua difusão na alimentação animal, especialmente do rebanho suíno. E que é a partir desta destinação que se explica a introdução da soja na região, bem como no Sudoeste Paranaense, ainda na década de 1950, pelos colonos, os quais consorciavam o cultivo da soja com o do milho. Outra destinação dada ao produto era a comercialização, através da qual o mesmo seguia para as indústrias de óleos vegetais ou para a exportação. Esta destinação que foi introduzida no Paraná ainda nos anos cinquenta passou a predominar a partir do final da década de 1960, impulsionada pela demanda externa.

Figura 2 - Região Oeste do Paraná: Municípios e Fronteiras - 2005

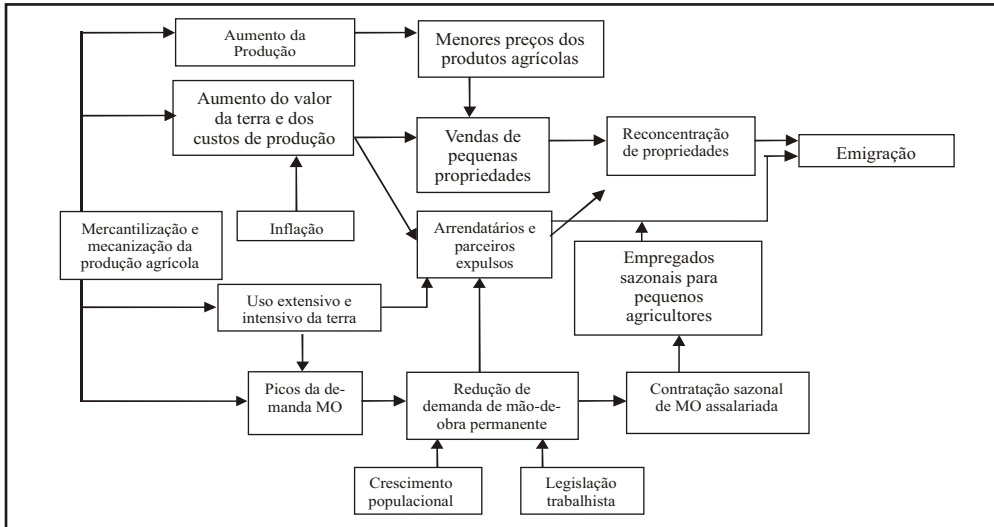


Fonte: Rippel (2005, p.14)

Reportando-nos à Wood e Carvalho (1994), que, analisando semelhante cenário, sustentam que a adoção do binômio produtivo da soja e trigo gerou fortes conseqüências no país, principalmente em regiões de fronteira recente, como é o caso do Oeste do Paraná, elaborou-se então a Figura 3, a seguir, onde se busca retratar alguns dos mecanismos através dos quais mudanças na agricultura regional redundaram em emigração rural no Oeste do Paraná.



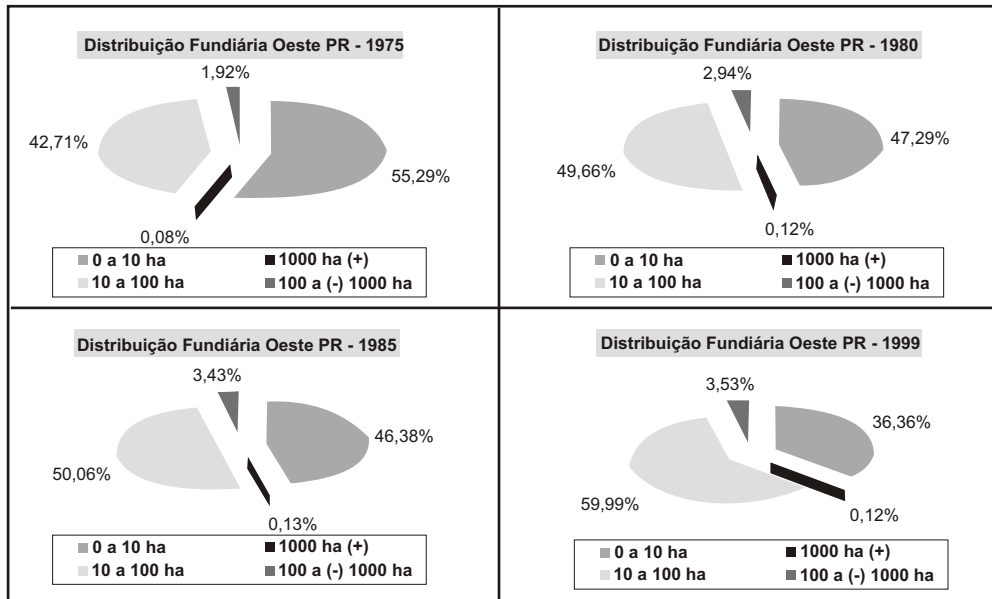
Figura 3 - Mecanismos por meio dos quais a mecanização e a mercantilização da produção rural no Oeste do Paraná provocaram parte da emigração rural da região



Fonte: Rippel (2005, p. 68)

Assim o que se viu na área, foi uma grande transformação na organização fundiária, da área que em 1975 tinha mais de 55% de seu território rural com pequenos proprietários e que em 99 apresentava apenas 36,36%, tal como se pode verificar na Figura 4.

Figura 4 - Evolução da distribuição fundiária do Oeste Paraná de 1975 a 1999



Fonte: Rippel (2005, p. 118)

Esta transformação da região repercutiu na distribuição da sua população de modo que no censo demográfico de 1970 a área detinha aproximadamente 80% de sua população total residindo em áreas rurais, e em 2000 percebe-se uma total inversão deste cenário com a região tendo naquele ano apenas 18,40% de sua população total em áreas rurais, tal como se pode verificar na Tabela 01. Essa mudança ocorrida ali, condiz com o crescimento do uso de tecnologias modernas de produção rural. Assim a região necessitou adaptar-se as novas exigências produtivas e de mercado, que passaram a demandar mais *commodities*, que necessitam de um índice de uso de tecnologia mais elevado, caso da soja e do trigo.

Tabela 01 - Evolução da composição da população e densidade demográfica do Oeste do Paraná por área urbana ou rural de residência - de 1970 a 2000

Ano do Censo	População Urbana			População Rural			População Total	
	Total Urbano	% no total da Pop. Regional	Densidade Demográfica (hab/Km2)	Total Rural	% no total da Pop. Regional	Densidade Demográfica (hab/Km2)	Total Geral	Densidade Demográfica (hab/Km2)
1.970	149.516	19,87	6,53	602.916	80,13	26,32	752.432	32,85
1.980	484.504	50,43	21,15	476.225	49,57	20,79	960.729	41,94
1.991	728.126	71,67	31,78	287.803	28,33	12,56	1.015.929	44,35
1.996	832.691	77,20	36,35	245.893	22,80	10,73	1.078.584	47,08
2.000	929.092	81,60	40,56	209.490	18,40	9,14	1.138.582	49,70

Fonte: Rippel (2005, p. 121)

Assim a modernização da agricultura regional se confunde com a expansão da produção de *commodities* na área, vez que segundo Rippel (2005), a medida em que foi crescendo a produção destas *commodities*, cresceu também o uso de tecnologias mais avançadas na produção e na colheita, principalmente daquelas representadas por máquinas de plantio e de ceifa, e por tratores<sup>3</sup>, tal como se pode ver na Tabela 02.

Tabela 02 - Número de equipamentos mecânicos rurais no Oeste do Paraná nos anos de 1975, 1980, 1985 e 1995

Equipamento	ANOS							
	1975	1980	Var % 1975/80	1985	Var % 1980/85	1995	Var % 1985/95	Var % 1975/95
Arados (tração animal)	35.414	35.819	1,14	38.535	7,58	20.618	-46,50	-41,78
Arados (tração mecânica)	13.684	21.761	59,03	22.173	1,89	17.625	-20,51	28,80
Máquinas (plantio)		13.704	-	19.389	41,48	18.357	-5,32	
Máquinas (colheita)	5.968	9.064	51,88	5.235	-42,24	4.801	-8,29	-19,55
Tratores	10.216	16.247	59,03	20.667	27,21	31.986	54,77	213,10

Fonte: Rippel (2005, p. 128)

<sup>3</sup>Três importantes equipamentos necessários para uma produção mais rápida e eficiente, mas que também geram um volume expressivo de desemprego no campo.

Isto é importante porque segundo Ambercombie (1972)<sup>4</sup>, uma média de 19 trabalhadores são substituídos por um trator em fazendas com tamanho entre 50 e 200 hectares de terra. Aponta ele ainda que a taxa de substituição entre trabalhadores e máquinas cai regularmente com o aumento do número de hectares cultivados, e que tal impacto é ainda maior em cereais como o trigo, por exemplo. De modo que se por exemplo, levarmos em consideração o aumento dos tratores na região, verificaremos que este valor se eleva concomitantemente à diminuição da população rural da área, e mais, se aprofundarmos nossa especulação sobre o assunto veremos que a diferença do total de tratores na região entre 75 e 99 obteremos 21.770 equipamentos a mais; e multiplicando-se esta diferença por dezenove, número médio de trabalhadores substituídos no campo por trator, conforme sustenta Ambercombie (1972), obteremos um total estimado de mais de 416.000 trabalhadores desalojados do rural do Oeste do Paraná no período, apenas em função da introdução de mais tratores nas áreas de produção rural da região, valor muito próximo a diferença apontada entre a população rural da região entre 1970 e 2000. Ou seja, percebe-se uma clara ligação entre a modernização da produção agrícola da área e a emigração rural desta área.

Desta forma, uma análise mais aprofundada desta temática faz-se necessária, pois é evidente que a modernização da produção rural no Oeste do Paraná exerceu forte influência no comportamento demográfico da área.

## **2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O COMPORTAMENTO DA PEA NO OESTE DO PARANÁ - REBATIMENTOS MIGRATÓRIOS**

Como se pode perceber, nas últimas décadas do século XX, o Oeste do Paraná viu a distribuição domiciliar de sua população alterar-se completamente. Fato importante se se considerar que a área partiu de uma situação de produção agrícola intensiva em mão-de-obra familiar, “simples e rústica”, para uma situação intensiva em tecnologia e com baixo uso de mão-de-obra<sup>5</sup>, tal qual se pode verificar na Tabela 03. Segundo Rippel (2005) isso representou ao longo do tempo um importante condicionante da migração na região. Tanto que, usando novamente Wood e Carvalho (1994), vemos que a mecanização da produção agrícola e seu comércio crescem simultaneamente e que isto rebate no comportamento demográfico de várias regiões do Brasil. Argumentam os

<sup>4</sup>Autor cujo estudo sobre a agricultura latino-americana permitiu observar o impacto da mecanização sobre a absorção de mão-de-obra, e que aponta que o mesmo dependia do tamanho da fazenda; e que utilizando-se de dados referentes à Colômbia indica que a mecanização traz produtividade mas gera desemprego no campo.

<sup>5</sup>Neste caso a mão-de-obra utilizada no campo, via de regra ainda é menos qualificada que a urbana, porém é muito mais qualificada se comparada com a que era utilizada no início da década de 1970(Rippel et al. 2005).

autores que deslocamentos populacionais rurais têm como aspecto mais significativo a redução da demanda de mão-de-obra permanente no campo, pois com a mecanização das lavouras, substituiu-se grande parte dos empregados rurais permanentes, ou os arrendatários e parceiros, por trabalhadores assalariados temporários; tornando o sistema de produção mais independente da mão-de-obra.

Percebe-se então que a região reflete este tipo de situação, pois segundo Camara (1985) e Rippel (2005), o local vivenciou uma brutal redução da agricultura familiar e do seu volume total de trabalhadores no campo, pois o padrão produtivo regional e a mercantilização dos produtos agrícolas reduziram e muito as possibilidades de inserção deste tipo de produção. Esta realidade, agregada as grandes modificações do campo nacional, reduziu em muito a PEA - população economicamente ativa presente no setor agrícola do Oeste do Paraná, tal como se pode verificar na Tabela 3.

Observa-se que o comportamento da PEA regional de 1970-2000 indica que, em 1970 ela totalizava aproximadamente 266.000 indivíduos ou 35,46% do total da população regional. Destes, 78,80% trabalhavam no setor primário, pois a maior parte da economia da região concentrava-se neste setor. Gradativamente esse cenário se alterou, tanto que em 1980 do total da PEA regional - aproximadamente 341.000 indivíduos (35,53% do total da população da área) 46,96% trabalhavam no setor primário. Isso significa dizer que o setor teve sua participação na absorção de força de trabalho da região muito reduzida, vez que, de 1971 a 1980, esse setor da economia da região, em termos da PEA ocupada, encolheu 2,68% ao ano.

Tabela 03 - Oeste paranaense - População Economicamente Ativa - PEA por setor da economia de 1970 a 2000, dados censitários e taxas de crescimento anuais

Sector de Atividade Econômica	PEA 1970	% sobre Pop.Tot. da região em 1970	% sobre PEA Regional em 1970	PEA 1980	% sobre Pop.Total da região em 1980	% sobre PEA Regional em 1980	Taxa de Crescto. anual de 1971-80	PEA 1991	% sobre Pop.Tot. da região em 1991	% sobre PEA Regional em 1991	Taxa de Crescto. anual de 1981-91	PEA 2000	% sobre Pop.Tot. da região em 2000	% sobre PEA Regional em 2000	Taxa de Crescto. anual 1991-00	Taxa de Crescto. anual de 1970-00
Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca	210.254	27,94	78,80	160.301	16,69	46,96	-2,68	123.604	12,17	30,23	-2,34	102693	9,02	20,76	-2,04	-2,36
Prestação de Serviços	12.144	1,61	4,55	47.535	4,95	13,93	14,62	87.634	8,63	21,44	5,72	47761	4,19	9,65	-6,52	4,67
Transportes, comunicações	4.861	0,65	1,82	11.642	1,21	3,41	9,13	15.215	1,50	3,72	2,46	30172	2,65	6,10	7,90	6,27
Atividades Industriais	16.661	2,21	6,24	54.593	5,68	15,99	12,60	67.977	6,69	16,63	2,01	93004	8,17	18,80	3,54	5,90
Comércio de Mercadorias	10.170	1,35	3,81	36.397	3,79	10,66	13,60	64.860	6,38	15,86	5,39	120101	8,17	24,28	7,09	8,58
Atividades Sociais	4.637	0,62	1,74	15.254	1,59	4,47	12,65	27.403	2,70	6,70	5,47	29152	2,56	5,89	0,69	6,32
Administração Pública	3.221	0,43	1,21	7.845	0,82	2,30	9,31	13.458	1,32	3,29	5,03	22787	2,00	4,61	6,03	6,74
Outras Atividades	4.876	0,65	1,83	7.769	0,81	2,28	4,77	8.680	0,85	2,12	1,01	49047	4,31	9,91	21,22	8,00
Total	266.824	35,46	100,00	341.336	35,53	100,00		408.831	40,24	100,00		494717	41,07	100,00		

Fonte: Rippel (2005, p. 132)

Esse fato é o oposto ao que ocorreu com o desempenho do setor da prestação de serviços, que cresceu ainda mais em termos de participação no PIB regional. Entretanto, em termos de absorção da PEA e de participação no valor agregado anual, isto também não implica afirmar que o setor primário regional perdeu sua posição de ramo da economia mais importante da região. Significa isso sim, que o mesmo se ajustou a um novo cenário produtivo quando comparado à situação de dez anos antes<sup>6</sup>. Na verdade no período ocorreu um acelerado crescimento da PEA dos outros setores da economia regional, tais como: o da prestação de serviços, que passou a representar 13,93% do total da população regional; o de atividades industriais, que alcançou 12,60% do total; o do comércio de mercadorias, que atingiu 13,60%; e o do setor das atividades sociais, que cresceu 12,65% ao ano no período.

Em 1991, o cenário novamente se alterou. O setor primário mais uma vez encolheu, tanto em termos absolutos quanto relativos, passando a 30,23% do total da PEA e aproximadamente 12,17% da população regional, cedendo novamente espaço para atividades econômicas mais urbanas, tal como se pode ver na Tabela 03. De fato os demais setores econômicos passaram a representar 69,77% da PEA, sendo que os supra citados como os mais importantes mantiveram-se na liderança em termos de crescimento, fato que ocorreu concomitantemente a um novo decréscimo do setor primário da economia regional, que perdeu 2,34% de população ao ano no período.

Em 2000, esse panorama mais uma vez se modificou, porém manteve-se a tendência de queda da participação do setor primário, redução esta que atingiu aproximadamente 30,23% no período, saindo de um valor aproximado de 123.604 indivíduos em 1991 para 102.693, e perfazendo apenas 20,76% da PEA total e 9,02% da população total regional. No processo manteve-se a tendência de expansão dos outros setores da economia regional.

Vê-se, então, que a região passou a apresentar efetivamente um perfil mais urbano em termos de PEA e de distribuição de sua população, pois a maior parte desta, em 2000, desenvolvia atividades econômicas que, via de regra, têm um caráter mais urbano<sup>7</sup>, e isto por sua vez impactou diretamente na maneira como

<sup>6</sup>Segundo Rippel (1995) e Piffer (1997), nesse período o valor agregado regional de origem primária se expandiu, especialmente em função da especialização da produção agropecuária e dos ganhos de produtividade obtidos, contudo tal expansão foi muito menor do que as dos demais setores da economia da área.

<sup>7</sup>Como se pode verificar, nesse período ocorreu um elevado crescimento do setor econômico das atividades industriais da região, pois esse passou a absorver 18,80% da PEA da área em 2000, contra 6,24% em 1970; outro setor que também se expandiu e muito foi o do comércio de mercadorias, cuja participação elevou-se para 24,28% do total, contra 3,81% em 1970. Deste modo, considerando-se o período todo, vê-se que a participação da PEA do setor primário do Oeste do Paraná no total geral da PEA da área, de 1970 para 2000 apresentou um decréscimo anual da ordem de 2,26% a.a., e que, nos demais setores da economia regional, ocorreu um expressivo crescimento, facilmente visualizável na tabela. E considerando-se também a análise da participação da PEA do setor primário da região no total da população da área, novamente o que se observa é uma grande redução, pois essa população, que em 1970 representava 27,94% do total geral da população regional, chega a 2000 com apenas 9,02% do total, sendo que todos os demais setores da economia do Oeste-paranaense se expandiram e apresentaram crescimento.

a área passou a absorver imigrantes e isto gerou um efeito maior ainda na qualificação educacional que passou a ser exigida destes para sua inserção.

### 3 A EDUCAÇÃO NA MIGRAÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA

Traçaremos agora algumas considerações sobre o perfil educacional dos chefes de família imigrantes na região, pois o uso deste dado permite efetuar algumas considerações a respeito das características dos migrantes na área, o que reflete de certo modo boa parte das condições socioeconômicas destes e de suas motivações para a migração para a região. De modo que a predominância de pessoas ligadas à agricultura captadas neste setor quando do início da imigração e da inserção ocupacional dos chefes de família migrantes na região, também corroborada pela população economicamente ativa captada no setor primário da região, especialmente durante as décadas que vão de 1960 a 1980, permite vislumbrar que este era o setor da economia regional que mais absorvia imigrantes.

Este fato, agregado à baixa qualificação educacional identificada em boa parte dos chefes de família imigrantes e que é visível no Quadro 01, permite supor que de fato muitos daqueles que se dirigiram para a área, fizeram-no para inserir-se na agricultura e pecuária; tal como apontado por Wachowicz (1988), Silva (1989) e Niederauer (2004), pois buscaram o Oeste do Paraná pelas possibilidades de inserção em setores que não exigissem muita qualificação, que no caso da área, que era região de fronteira, foi a agropecuária.

Quadro 01 - Chefes de família migrantes segundo anos de estudo/escolaridade, principais municípios e Oeste do Paraná participação percentual nos períodos: 1960/70, 1970/80, 1981/91 e 1990/2000

Anos de Estudo	Nenhum			Menos de 4			De 4 a 7			De 8 a 10			11 e mais							
Escolaridade	Sem Instrução			Primário Incompleto			Ginásio Incompleto			2o. Grau Incompleto			2o. Grau Completo ou mais							
Década de	60	70	80	90	60	70	80	90	60	70	80	90	60	70	80	90	60	70	80	90
Total	37,5	25,7	13,8	8,29	45,2	30	21,6	16	14,9	31,7	35	33,2	1,2	5,54	11,8	16,6	1,14	7,09	17,8	26

Fonte: Rippel (2005, p. 206)

Cunha (2004), analisando caso similar, aponta que esse tipo de panorama permite supor que boa parte destes migrantes captados neste tipo de situação é desprovida de recursos financeiros e pessoais, fato que, de certo modo, é corroborado quando se percebe a baixa escolaridade, de grande parte dos chefes imigrantes quando se dirigiram para o Oeste do Paraná na década de 1960. Sendo que na região, ao longo de todo o período sob análise, os perfis

destes indivíduos variaram, tal como se pode observar no Quadro 01.

No período de 1960/70, o predomínio de chefes imigrantes que sequer haviam completado o primário era quase absoluto, respondiam por aproximadamente 82,73% do total, sendo que 37,51% destes não tinham nenhuma instrução e 45,22% tinham menos de quatro anos de estudo<sup>8</sup>. É também nesse período que a fronteira agrícola do Oeste do Paraná se expandiu de modo mais expressivo. Então, entende-se ser razoável inferir que a grande maioria dos chefes de família imigrantes na região no período inseriram-se produtivamente no setor primário da economia regional, dado justamente, o seu baixo nível educacional. Além disso, a zona rural da região absorveu elevados contingentes de indivíduos. De 1970 a 1980 ocorreu na região uma interessante modificação no perfil de sua migração. Nessa década, a região ainda se manteve como local de atração migratória, porém em volumes bem menores do que aqueles praticados na década anterior.

Nesse período também o perfil dos chefes imigrantes modificou-se em termos de nível educacional, vez que o percentual destes indivíduos sem instrução caiu para 25,73% do total; e o percentual daqueles com menos de quatro anos de estudo, ou seja, com o primário incompleto, também apresentou redução e totalizou 29,99%, assim estas duas categorias juntas, passaram a representar aproximadamente 56% do total de chefes migrantes na região. Isso se deve basicamente a dois fatores: ao próprio desenvolvimento do país, que passou a demandar trabalhadores minimamente mais instruídos e a política nacional de educação que se havia iniciado nas décadas anteriores e que na década de 1970 apresentava os primeiros resultados. Tanto é assim, que o nível educacional dos chefes imigrantes na região, de modo geral se elevou, pois todas as demais categorias educacionais apresentaram uma composição que indica que o nível educacional dos chefes de família imigrantes que se inseriram na área no período cresceu, como se percebe no Quadro 01.

No período de 1981 a 1991, a tendência de queda da participação dos chefes imigrantes com baixo nível educacional se manteve, bem como permaneceu a tendência de ampliação da participação dos chefes migrantes com um grau de escolaridade maior. Em termos da composição da população de imigrantes na área, pode-se afirmar que os chefes mais instruídos nesse período passaram a ser a maioria. Crescendo o contingente daqueles com o nível “ginásio incompleto” que atingiram 35,01%, e os de “segundo grau incompleto” que atingiram 11,78%. E os chefes imigrantes com “segundo grau completo ou mais” viram sua participação no total se ampliar ainda mais, pois totalizaram 17,11% e conjuntamente responderam por mais de 52% do total de chefes inseridos.

---

<sup>8</sup>Essa informação é importante porque a década de 1960 foi a que apresentou a maior expansão populacional na região e isto ocorreu principalmente em função dos saldos migratórios que foram positivos e muito elevados.

De 1990 a 2000 essa tendência tornou-se ainda mais expressiva, principalmente porque em termos de volume, os chefes imigrantes com “segundo grau completo ou mais” atingiram 26% do total; os de segundo grau incompleto atingiram 16,55% e os de ginásio incompleto 33,19%. Desta forma, estas três categorias totalizaram mais de 75% do movimento, ocorrendo assim uma importante transformação na composição do conjunto. Fato que se deu concomitantemente à redução da participação daqueles com instrução inferior ao primário.

Diversos fatores participaram direta ou indiretamente da evolução da qualificação dos chefes imigrantes no Oeste do Paraná, quais sejam: caiu a imigração de fronteira na área pelos motivos já expostos, esta mudança faz reduzir as oportunidades de inserção de indivíduos com pouca instrução, e concomitantemente a isto as políticas nacional e estadual de educação possibilitaram parte da mudança deste cenário na área.

Outro fato importante que se pode verificar na Tabela 04 é o ocorrido com a situação dos chefes de família migrantes com “ginásio incompleto”. Nela se percebe, ao longo de todo o período, que os mesmos mantiveram praticamente a mesma participação no processo, perfazendo 33,19% do total; e que aqueles com o “segundo grau incompleto” também apresentaram um importante crescimento atingindo uma participação percentual de 16,55% no total de chefes migrantes.

Assim ao longo de todo período observado, na região Oeste do Paraná, aconteceram importantes transformações no perfil dos chefes imigrantes da área, pois estes passaram a apresentar níveis educacionais mais elevados. Não só pela queda da imigração na região, ou por causa das políticas educacionais nacionais, mas também porque os sem instrução diminuíram seu volume de imigração para a região que por sua vez passou a elevar o grau de exigência para a inserção de novos imigrantes, isso obrigatoriamente rebateu na maior participação percentual de imigrantes mais qualificados no período.

Para Rippel (2005), este fato é bastante sugestivo na medida em que permite supor que a imigração direcionada para a área, ao mesmo tempo em que se reduziu de maneira significativa, também vai elevando o seu grau de instrução, pois isto se constitui num dos instrumentos que auxiliam na inserção dos indivíduos. Fato que corrobora de certo modo as modificações apresentadas anteriormente referentes às condições de ocupação e de inserção dos chefes migrantes na área, que paulatinamente deixam a configuração global de uma inserção de tipo rural para se transformar em urbana, daí que passa a ser maior a necessidade de qualificação em termos de nível educacional dos migrantes.

Assim, o volume total de migrantes na área passou a ter maior participação de indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados, o que confere com a afirmação de Brito (2000), de que as regiões passaram a estabelecer e gerar critérios mais rígidos de absorção de migrantes, exigindo destes um grau de



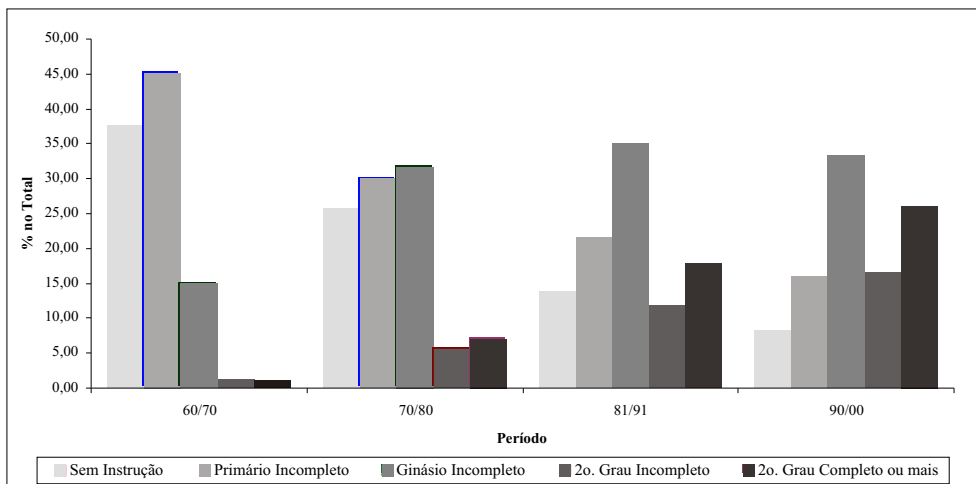
qualificação profissional e educacional maior. Isso acaba por se transformar num processo seletivo destes indivíduos, que passam a enfrentar diversas barreiras à entrada nas áreas de destino. Embora a tendência reflita, em certa medida, o que se passou no país como um todo, não deixa de ser relevante, para a compreensão da migração regional, o fato de que de o percentual de chefes imigrantes com escolaridade superior ao ensino médio de 1,14% em 1970; tenha alcançado 26% em 2000.

Em todo caso, não se pode perder de vista que este comportamento só foi possível graças à forte redução de imigração para a área, em particular daquela ligada à ocupação pioneira de seu território que, como se demonstrou, era essencialmente composta de indivíduos de baixa escolarização, direcionados para o setor primário da economia regional, e de que este comportamento é retratado em termos de participação percentual na composição do processo. Se uma categoria vê sua participação no processo cair é porque outra se elevou (caso dos sem instrução, *versus* os de segundo grau completo ou mais).

Assim, olhando a Figura 05 percebe-se claramente as transformações ocorridas na composição educacional do conjunto de chefes de família imigrantes no Oeste do Paraná. Estas transformações, apresentaram pouca variabilidade em relação às modificações econômicas da área, pois se visualiza que em 2000 há um claro indício de que os chefes migrantes passaram a apresentar níveis de escolaridade bem superiores aos da década de 1960, e como as condições de inserção em termos de setor de ocupação dos migrantes, dos chefes e mesmo de suas famílias transformaram-se visivelmente, acompanhando a evolução econômica regional e o desenvolvimento ali empreendido, mudaram-se também os condicionantes do processo e os critérios para a inserção econômica e até social dos migrantes.

E este complexo cenário tem, de modo muito evidente no nível de qualificação educacional dos chefes imigrantes, um indicador de que realmente este processo de absorção migratória acompanhou as profundas mudanças ocorridas na área. Deste modo, observa-se na Figura 05 o que ocorreu com o nível educacional dos chefes de família imigrantes na região durante todo o período que vai de 1960 a 2000.

Figura 05 - Chefes de família imigrantes no Oeste do Paraná segundo escolaridade de 1960 2000: participação percentual em termos de anos de estudo



Fonte: Rippel (2005, p. 209)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto no artigo, o novo perfil da migração no Oeste do Paraná é resultante de seu arrefecimento e do fato de que a mesma tornou-se menos numerosa e mais escolarizada; bem como do fato de que com o crescimento econômico da região e seu desenvolvimento, os critérios para inserção dos migrantes foram elevados. Isso passou a exigir um maior grau de qualificação dos indivíduos que se dirigiram para a área.

Desse modo, atualmente está se configurando o que será nos próximos anos, e talvez décadas, a nova feição do fenômeno da migração no Oeste Paranaense: que de uma área de expansão da fronteira agrícola pioneira, ou seja, com áreas a serem ocupadas e “exploradas” por pequenos produtores e trabalhadores rurais que buscavam terras para se estabelecerem, a região se transformou num dos expoentes da agricultura agro-exportadora brasileira e num território onde a pecuária tecnificada e integrada, bem como o fato de que a agricultura de alta tecnologia é cada mais intensiva e dominante na região.

Além disso, se percebe que, no contexto da migração do Oeste do Paraná, o ajuste da agricultura, principalmente o da passagem do complexo agrícola para o complexo agroindustrial, deu-se no bojo da chamada “modernização dolorosa”, apontada por Silva (1982), o que resultou uma profunda transformação tecnológica no setor acontecimento que acarretou elevados volumes de emigração do campo regional e a redução da capacidade de inserção de novos indivíduos na área rural da região.

Isso tudo agregado ao processo de desenvolvimento da área, que se deu apoiado especialmente no crescimento das atividades econômicas dos setores secundário e terciário da economia, resultou numa urbanização expressiva do Oeste do Paraná.

Vê-se, então, que este panorama das características dos migrantes na região, e de suas relações com a dinâmica migratória nacional, é congruente com o quadro de concentração fundiária e tecnificação da produção rural da região, isto porque, efetivamente conforme a região foi crescendo e se desenvolvendo ela foi transformando a distribuição de sua população e modificou seus critérios de inserção e passando a exigir mais qualificação dos imigrantes que para lá se direcionaram.

## REFERÊNCIAS

AMBERCOMBIE, K. C. Agricultural mechanization and employment in Latin América. **International labor Review**, Ithaca, v. 105, n. 6, p. 11-45, 1972.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In.: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 12, Caxambu, **Anais...** Caxambu, v. 1, 2000.

CAMARA, M. R. G. **Transformações agrícolas e êxodo rural no Paraná na década de 70**. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Pesquisa Econômica - IPE. Universidade de São Paulo-USP, 1985.

CUNHA, J. M. P. et. al. **Diagnósticos regionais do Estado do Mato Grosso**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2004. 225p. (Diagnósticos regionais do Estado do Mato Grosso, TEXTOS NEPO 49).

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Análise Comparativa do Progresso Técnico na Soja em uma Região Antiga de Café (Norte) e em uma Região de Culturas Alimentares (Extremo Oeste no Paraná)**. Curitiba: IparDES, 1981.

INTRANET PARANÁ. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2003.

LEITE, P.S. **Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais**, Edições UFC PROED, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1983.

LINHARES, T. **Paraná Vivo: um retrato sem retoques**. 1ª Reimpressão. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e as migrações 1940 a 1991**. Dissertação (Mestrado em Demografia), Cedeplar/UFMG Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, (MG), 1996.

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. **Textos para Discussão 329**. Brasília: IPEA, 1994. 43p.

NIEDERAUER, O. H. **Toledo no Paraná: história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização e seu progresso**. 2 ed. Toledo-PR: Tolegraf Impressos Gráficos Ltda, 2004. 450 p.

PIFFER, M. **A Dinâmica do Oeste Paranaense: sua inserção na economia nacional**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 1997.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. de, **Migração interna: textos selecionados**. v. 1, Fortaleza: BNB/ETENE, p. 19-88, 1980.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000**. Tese de Doutorado em Demografia, Instituto De Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP - Universidade Estadual De Campinas, Campinas SP, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os Encadeamentos produtivos de um complexo agro-industrial: um estudo da Frigobrás-Sadia de Toledo e das empresas comunitárias**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba (PR), 1995.

\_\_\_\_\_.; FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIACENTI, C. A. Notas sobre a localização da população urbana e rural no Oeste paranaense. In.: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL: Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial, 43, 2005, Ribeirão Preto, **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

ROSTOW, W. W. **Etapas do crescimento econômico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SANTOS, M. **Economia espacial: criticas e alternativas**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2003.

SILVA, J. F. G. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editora, 1982.

SILVA, O. et al. **Toledo e sua História**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1989. (Projeto História).

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

\_\_\_\_\_.; SZMRECSÁNYI, T. Perspectiva atual do problema. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (Orgs.). **Dinâmica da população: teorias, métodos, e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense**. Curitiba: Editora Vicentina, 1988.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 330p. (IPEA, Série PNPE, 27).

